

• Política

pág. 5

CONSTITUINTE

Acordo inclui soberania no regimento

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Na prática, está encerrada a discussão sobre o poder da Constituinte de modificar disposições da Constituição em vigor antes da promulgação da nova. O projeto de regimento interno concluído na sexta-feira pelo senador Fernando Henrique Cardoso incorporou as principais propostas do grupo de cerca de oitenta deputados do PMDB que desde o início da Constituinte defende o exercício desse poder.

O PT e o PDT opõe-se à solução encontrada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, mas o número de representantes das duas bancadas não será suficiente para impedir a aprovação do projeto.

O projeto prevê a possibilidade de a Constituinte alterar a Constituição em vigor, mediante aprovação de projetos de resolução apresentados por, pelo menos, 187 constituintes. Incorpora as imunidades parlamentares previstas no regimento interno da Constituinte de 1946, que incluem inviolabilidade de opiniões, palavras e votos e o impedimento de os parlamentares serem processados criminalmente ou presos sem licença da Assembléia Constituinte. No preâmbulo, o projeto contém uma declaração de soberania da Constituinte.

Selado o acordo em torno da proposta, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) retirou o projeto que apresentara no início dos trabalhos da Constituinte destinado a dar-lhe poderes para alterar a Constituição em vigor a qualquer momento.

MINORIAS

O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), e o deputado José Genoíno (PT-SP) pretendem convocar uma sessão extraordinária para discutir o assunto, mas somente poderão fazê-lo depois de aprovado o projeto conforme estabelece o regimento provisório. Brandão Monteiro considera que o projeto esmaga as minorias que não conseguiram reunir 187 constituintes para apresentação do projeto de resolução constitucional. Maurílio Ferreira Lima contrá-argumenta que o projeto é democrático, até mesmo por não permitir a ditadura das minorias.

Simon rebate críticas aos "xiitas"

O governador eleito, Pedro Simon (PMDB), reagiu ontem às acusações contra a atuação da bancada federal gaúcha de seu partido na Constituinte, classificando de "grotesco" definir sua atuação como "xiita". Negou que ela se caracteriza pelo radicalismo, salientando que, na sua opinião, ocorre justamente o contrário, pois a bancada do PMDB gaúcho é "ultra-racional".

Simon acredita que a bancada gaúcha do PMDB está fazendo um trabalho de "meio-campo", ajudando nas negociações necessárias ao acordo sobre os principais pontos da Constituinte. Ressaltou que a atuação da bancada federal do PMDB gaúcho não pode surpreender ninguém pois "o Brasil inteiro conhece as posições de vanguarda do PMDB gaúcho", que apesar disso nunca deixou de discuti-las.

Mesmo deputados como Hermes Zanetti e Néelson Jobim, incluídos entre os mais radicais da Constituinte, foram defendidos por Simon, que não admitiu sua classificação como "xiitas". A sua atuação, especialmente de Jobim (autor de várias propostas sobre a soberania da Constituinte) insistiu Simon, não acarreta problemas para o governo, pois todas as questões sempre foram encaminhadas através do diálogo, chegando a uma solução de consenso, segundo informou a Agência Globo.

Decisão de Sarney tem apoio dos políticos na Assembléia

por Valério Fabris de Brasília

"Antes te houvessem roto na batalha de que servir a um povo de mortalha". Os aplausos e gritos de "muito bem" ecoaram no plenário da Assembléia Nacional Constituinte assim que, recitando os versos de Castro Alves, o deputado Fernando Santana, do PCB baiano, terminou o seu discurso, na última sexta-feira. Ele enalteceu a decisão do presidente Sarney de passar a dialogar duramente com os credores internacionais.

O pronunciamento de Fernando Santana agradou, por exemplo, o deputado Roberto Cardoso Alves (da ala conservadora do PMDB), que abraçou o parlamentar comunista. "A suspensão do pagamento dos juros da dívida une todo o PMDB e atrai para o apoio ao presidente Sarney segmentos de outros partidos", afirmou o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), ele próprio considerado um membro da ala da esquerda.

Leonelli reconhece que as medidas governamentais na área externa acabaram funcionando como um catalisador da recomposi-

ção da base parlamentar do presidente Sarney, "que estava esfacelada". As diatribes entre os pemedebistas e uma facção do PFL aparentemente entram, agora, em um estágio de latência. E o que se depreen- das declarações do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA) — "a Aliança Democrática dará toda a força ao presidente Sarney".

Repetem-se, com menor intensidade mas com nítidas semelhanças, as reações que se seguiram ao anúncio do Plano Cruzado I. O PMDB e o PFL juntam-se no respaldo ao presidente. Engrossam esse bloco o PTB e o PCB. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), que no Cruzado I foi veemente na defesa do programa de estabilização de Sarney, colocou-se na oposição ao governo desde que se encerrou a campanha eleitoral do ano passado. Na última sexta-feira, porém, o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) admitiu, da tribuna da Assembléia Constituinte, que as medidas na área externa são "um passo importante".

O PC do B, o PT e o PDT, todavia, ainda que considerem a suspensão dos paga-

mentos dos juros como um avanço, desconfiam que Sarney não irá além do endurecimento com os credores externos. "Vamos aguardar para ver quais serão os desdobramentos. Queremos uma auditoria para saber a legitimidade da dívida. Depois disso, o País pagaria somente o montante que lhe é de dever", disse o líder do PT na Câmara, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva. Essa também é a expectativa do PCB. Fernando Santana argumenta, contudo, que só com um prévio apoio é que o presidente Sarney conseguirá progredir nessa direção.

O presidente nacional do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), solidarizou-se com a atitude do presidente Sarney. O apoio de Passarinho, analogamente à posição do PDS no Cruzado I, é cauteloso. "Foi feita uma declaração de guerra, que é a parte mais fácil. Difícil é sustentar a guerra. Quando a Argentina partiu para o confronto com a Inglaterra, até as mulheres da Praça de Maio aplaudiram", disse o senador. Se, de um lado, há uma predisposição da Aliança Democrática e de alguns outros partidos em apoiar a

suspensão dos pagamentos, de outro, as diversas correntes ideológicas do Parlamento divergem quanto às etapas posteriores. "De fato, existe aí uma ampla diferença de opiniões", reconhece o deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR). Friedrich compatilha a postura dos comunistas, dos petistas e pedetistas de que o Brasil só deve pagar o que considerar legítimo. Os setores conservadores não questionam o volume da dívida, mas almejam que os desembolsos de divisas sejam feitos com critérios garantidores do crescimento da economia do País.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), aproveitou uma reunião com lideranças dos demais partidos, a propósito dos acertos finais no regimento interno da Constituinte, para comunicar que o presidente anunciaria a interrupção dos pagamentos dos juros por "tempo indeterminado". Lula aproveitou a ocasião para queixar-se de que o governo deveria ter dialogado com a sociedade em lugar de tomar decisões de gabinete, embora as qualificasse como inevitáveis e na direção correta.

"Vamos jogar duro também"

por Zanoni Antunes de Brasília

"Vamos jogar duro também." Essa advertência foi feita pelo líder do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC) em discurso ontem, da tribuna da Assembléia Constituinte, para manifestar o apoio do partido à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Em seu pronunciamento, Luiz Henrique denunciou a existência de forças reacionárias interessadas em que o País abduque de sua soberania.

Luiz Henrique — cujo discurso estava sendo aguardado ontem com grande expectativa — foi bastante aplaudido pelo plenário constituinte quando defendeu, no âmbito interno, a realização de uma reforma bancária. O líder disse que nos últimos vinte anos o Brasil tem assistido à predominância esmagadora dos capitais financeiros. Por isso disse que era necessária a reforma bancária que regulamente os "lucros exorbitantes obtidos pelos banqueiros nos últimos anos" e para que também impeça o esmagamento do Banco do Brasil pelos bancos privados.

Com relação à dívida externa brasileira, o líder



Luiz Henrique

Luiz Henrique disse que o País, às vésperas da sua segunda rodada de negociações, estava assistindo a uma orquestração generalizada das forças mais conservadoras e reacionárias para que o Brasil "aceite as exigências descabidas" de seus credores. Luiz Henrique afirmou ainda que essa orquestração tinha como objetivo impedir que o País afirmasse a sua soberania.

O líder pemedebista lembrou também que o governo não cedeu nas questões de soberania, repudiou o monitoramento, manteve a reserva de mercado para a informática "mesmo sabendo que iria enfrentar

forças internacionais poderosas, que jogariam duro para enfraquecê-lo e mesmo para desestabilizá-lo".

Em outro trecho de seu discurso, o deputado recordou que a América Latina tem uma grande experiência com esse tipo de ação. afirmou ele que, secularmente, a ajuda de capitais estrangeiros quase sempre vem acompanhada com tentativas de dominação. "Não aceitamos mais a conquista, o domínio", enfatizou o líder para acrescentar que não se tratava de nenhuma bravata, mas apenas do direito dos povos do mundo a uma vida digna e independente.

Ao lembrar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento tem para aplicar, em 1987, CZ\$ 120 bilhões, Luiz Henrique garantiu que o PMDB não permitirá que esses recursos destinados à infra-estrutura sejam desviados para o pagamento de juros da dívida externa. "O PMDB está exigindo que nenhum centavo do dinheiro destinado a reduzir nossas disparidades regionais seja desviado para cobrir rombos do déficit público provocados por governos anteriores", afirmou.

Ao concluir o seu pronun-

ciamento, Luiz Henrique disse que o seu partido dará ao governo todo o apoio para que ele negocie com firmeza com os credores, lembrando que o presidente do City Bank, John Reed, foi quem "indicou o caminho que nos espera ao anunciar que os banqueiros vão endurecer as negociações com o Brasil" e arrematou: "Vamos jogar duro também. Não vemos outra saída para continuar o desenvolvimento econômico do País".

Mais notícias sobre a suspensão do pagamento da dívida, ver páginas 17, 18 e 19.